



LEI N.º 442/2009

EMENTA: "Autoriza a abertura de um Crédito Adicional Especial e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JUPI, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, faz saber que a Câmara **APROVOU** e eu **SANCIONO** a presente **LEI**.

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a decretar a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), destinado a custear as despesas com a manutenção da Merenda Escolar, com a seguinte codificação:

5.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

5.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

12 – EDUCAÇÃO

12306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

1230603300 – ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR PARA ESTUDANTES

123060331.130 – Manutenção do Programa da Merenda

Escolar..... R\$: 250.000,00

3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 – Aplicações Diretas

3.3.90.30 – Material de Consumo.....R\$: 250.000,00

TOTAL..... R\$: 250.000,00

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária abaixo especificada, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964:

7.00 – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

7.02 – DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL


1



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/13-20230131142715.pdf>
assinado por: idUser 83

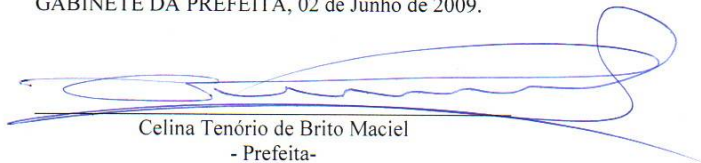
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08306 – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	
083060060 – Programa de Merenda Escolar	
0830600622.001 – Programa de Merenda Escolar.....	R\$: 250.000,00
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	
3.3.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3.3.90.00 – Aplicações Diretas	
3.3.90.32.00 – Material de Distribuição Gratuita.....	R\$: 250.000,00
TOTAL.....	R\$: 250.000,00

Art. 3º - A dotação constante do Crédito Especial de que trata esta Lei poderá ser suplementada no mesmo percentual constante da Lei Orçamentária vigente, ficando o Chefe do Poder Executivo Municipal, para tanto, desde já autorizado.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA, 02 de Junho de 2009.


Celina Tenório de Brito Maciel
- Prefeita-